

## RESENHA:

MOREIRA, Adilson José. **Letramento racial: Uma proposta de Reconstrução da Democracia Brasileira.** São Paulo: Contracorrente, 2024.

João Paulo Lima do Nascimento   

Gabriel Eidelwein Silveira   

### Resumo

Esta resenha analisa a obra *Letramento Racial: Uma proposta de Reconstrução da Democracia Brasileira*, com o objetivo de examinar sua contribuição crítica ao debate antirracista brasileiro. O procedimento metodológico adotado é a revisão analítico-descritiva dos dez capítulos que compõem o livro, identificando seus eixos argumentativos centrais. Na obra, o autor articula uma crítica contundente ao racismo como sistema estrutural de dominação, que opera desde as interações cotidianas até as grandes instituições, como a educação, o direito e a mídia. Moreira propõe o letramento racial como um projeto ético-político fundamental, que vai além da denúncia para oferecer parâmetros concretos de ação individual, institucional e pedagógica, visando à desconstrução de hierarquias e à formação de coalizões inter-raciais baseadas na solidariedade cívica. Nas considerações finais, concluímos que a obra, com sua rigorosa profundidade analítica, consolida-se como um manifesto indispensável, pois vincula a justiça racial à própria possibilidade de uma democracia substantiva. O livro desafia o leitor a um engajamento ativo na transformação das estruturas que perpetuam as desigualdades.

**Palavras-chave:** Letramento Racial; Democracia; Adilson Moreira.

### Abstract

This review analyzes the book *Racial Literacy: A Proposal for the Reconstruction of Brazilian Democracy*, with the aim of examining its critical contribution to the Brazilian anti-racist debate. The methodological procedure adopted is an analytical-descriptive review of the ten chapters within the book, identifying their central argumentative axes. In the book, the author articulates a powerful critique of racism as a structural system of domination that operates from everyday interactions to major institutions such as education, law, and the media. Moreira proposes racial literacy as a fundamental ethical-political project that goes beyond denunciation to offer concrete parameters for individual, institutional, and pedagogical action, aimed at dismantling hierarchies and fostering interracial coalitions based on civic solidarity. In the final considerations, we conclude that the book, with its rigorous analytical depth, is consolidated as an indispensable manifesto, as it links racial justice to the very possibility of a substantive democracy. The book challenges the reader to engage actively in transforming the structures that perpetuate inequalities.

**Keywords:** Racial Literacy; Democracy; Adilson Moreira.

## 1 SOBRE O AUTOR

Adilson José Moreira é Doutor e Mestre em Direito Constitucional Comparado pela Universidade de Harvard e Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de

Minas Gerais. É professor e pesquisador da Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos e em São Paulo. Jurista renomado e autor de diversas obras com temática relacionada à justiça e à raça, o autor consagra-se como um dos intelectuais mais relevantes do Brasil na luta por equidade no Direito e uma interpretação não hegemônica dos princípios constitucionais.

Nos últimos anos, Adilson Moreira vem se destacando como uma das principais vozes, nas letras jurídicas brasileiras, a desenvolver problemáticas na intersecção entre Raça e Direito. Autor de várias obras jurídicas com temática racial, que abordam temas que vão desde o racismo recreativo até a hermenêutica jurídica e o feminismo negro, Moreira, em sua mais recente obra, “*Letramento Racial*”, coloca-se de maneira inventiva e provocadora no cerne da discussão mais ampla sobre a democracia brasileira e suas condições de possibilidade, incluindo a própria interpretação da Brasil enquanto sociedade, assim, inovando dentro de um dos campos mais tradicionais das ciências sociais brasileiras.

Destacando-se por sua abordagem crítica que relaciona Direito e Teoria Racial, seus trabalhos desmontam mitos como a democracia racial, expondo como o ordenamento jurídico contemporâneo ainda reproduz hierarquias mesmo em contextos formalmente igualitários. Nas análises de conceitos como *letramento racial* e *racismo institucional*, Moreira oferece ferramentas teóricas essenciais para repensar a aplicação do direito antidiscriminatório, posicionando-se como referência obrigatória nos estudos sobre justiça racial no país.

A obra analisada revela como o Direito pode ser tanto instrumento de opressão quanto de emancipação, dependendo de uma interpretação consciente das dinâmicas de poder racializadas. Nesse sentido, observa que a compreensão das relações raciais deve partir da análise do poder, a partir de sua dimensão coercitiva, bem como na capacidade de produzir sentidos culturais que legitimam a dominação.

## 2 SOBRE A OBRA

O capítulo I, intitulado “Um Passo Inicial: O Estudo das Relações Raciais”, desenvolve uma crítica contundente ao racismo como ideologia estruturante das relações sociais, destacando seu caráter dinâmico e adaptativo. O autor demonstra que o racismo extrapola a ideia de preconceitos individuais e funciona, na verdade, como um sistema de dominação que naturaliza hierarquias raciais através de pressupostos essencialistas, como a associação entre

traços fenotípicos e qualidades morais. Essa ideologia, ao mesmo tempo em que justifica a exclusão de grupos racializados, se reinventa sob a forma de negação, como na narrativa da democracia racial.

Enfatiza também a assimetria de poder como eixo central das relações raciais, desconstruindo o mito da cordialidade brasileira. No exame das quatro manifestações históricas da dominação racial (escravização, colonização, segregação e a celebração da miscigenação como apagamento político) explica que a suposta ausência de conflitos abertos não reflete harmonia, mas sim a falta de recursos institucionais por parte dos grupos subordinados para contestar o *status quo*.

No capítulo II, “Letramento Racial: Definições e Propósitos”, Moreira defende que a promessa constitucional de libertação humana está intrinsecamente ligada à construção de uma cultura igualitária, capaz de fomentar práticas coletivas emancipatórias. Para ele, a concretização desse projeto transformador, presente no texto constitucional brasileiro atual, exige a rejeição de narrativas ideológicas que obscurecem o compromisso político com uma democracia substantiva e solidária, livre de hierarquias raciais.

Sua perspectiva enfatiza a necessidade de superar estruturas de dominação, destacando o letramento racial como um passo fundamental para ações individuais e coletivas que confrontem o racismo e promovam justiça social. Argumenta que, no constitucionalismo moderno, vinculando a noção de libertação à autonomia individual e ao bem-estar coletivo, a transformação social depende tanto da conscientização crítica quanto de práticas institucionais e solidárias antirracistas. Nesse sentido, o autor pontua que:

É importante enfatizar que o conceito que estamos discutindo não está restrito ao conhecimento dos mecanismos responsáveis pela reprodução do racismo. Ele também pressupõe a necessidade de uma série de ações de membros de todos os grupos raciais para que essa realidade seja transformada. Um aspecto central do constitucionalismo moderno se mostra relevante neste momento: a noção de libertação. Esse movimento jurídico está centrado na construção de uma sociedade na qual todas as pessoas possam agir de forma autônoma, na qual todos os indivíduos tenham os meios para poderem alcançar seus propósitos individuais (Moreira, 2024, p. 97).

Moreira segue destacando que a democracia substantiva exige a desconstrução de narrativas ideológicas que naturalizam hierarquias raciais, posicionando o letramento racial como instrumento essencial para a transformação social. Seu argumento enfatiza a necessidade

de confrontação ativa das estruturas de poder que perpetuam privilégios racializados, defendendo que tanto indivíduos quanto instituições devem adotar práticas antirracistas e solidárias. Ao vincular a autonomia coletiva ao bem-estar social, propõe que a justiça racial é condição indispensável para uma democracia real.

O capítulo III, “A Operação Da Lógica Democrática”, coloca a solidariedade cívica como fator principal na discussão de operação da lógica democrática e desenvolve uma reflexão crítica sobre o letramento racial como ferramenta essencial para a construção de uma consciência cívica e democrática, articulando-o à necessidade de solidariedade inter-racial e empoderamento de grupos subalternizados. No primeiro excerto, mostra que o letramento racial revela as estruturas de desigualdade, ao tempo que também fundamenta uma ética política baseada na igualdade, alinhada aos princípios constitucionais das democracias liberais.

Já no segundo trecho, destaca o papel do feminismo negro na promoção de ações coletivas que visam ao protagonismo social, acadêmico e econômico de grupos marginalizados, argumentando que tal empoderamento é condição para uma verdadeira integração social. O núcleo da argumentação reside na ideia de que a justiça racial funciona como um imperativo moral, mas também opera como requisito estrutural para a democracia, exigindo tanto a desconstrução de hierarquias quanto a construção de coalizões inter-raciais pautadas pela solidariedade cívica.

No Capítulo IV, “O Racismo, Suas Manifestações e Modos De Operação”, o autor realiza um aprofundamento analítico, destacando como o racismo estrutura as instituições sociais e democráticas, indo além de questões individuais. Evidencia a invisibilidade do racismo para muitos grupos privilegiados e reforça que demandas raciais são, na verdade, lutas que ultrapassam a ideia de pautas identitárias e alcançam a dimensão de direitos negados historicamente. Ao explorar as múltiplas formas pelas quais o racismo se manifesta cotidianamente, convoca à uma reflexão sobre suas dimensões sistêmicas e à necessidade de compreender seus mecanismos discriminatórios para avançar na justiça racial.

A perspectiva do capítulo V, “Discriminação Racial: Manifestações e Modos De Operação”, estabelece que a discriminação racial é um fenômeno estrutural que opera a partir de uma lógica de poder, hierarquia e exclusão, classificável em suas dimensões vertical e horizontal, e que se manifesta em atos motivados por ideias de superioridade racial ou que

produzem desvantagens raciais. Seus efeitos vão muito além da privação material, gerando danos existenciais profundos às vítimas, como a violação da autonomia, a alienação identitária e o trauma psicossocial, ao mesmo tempo que corrói os pilares da democracia, da solidariedade cívica e do desenvolvimento econômico nacional, ao impedir o pleno aproveitamento das capacidades de grande parte da população e ao naturalizar a violação da dignidade humana em nome da preservação de privilégios de um grupo racial hegemônico.

No capítulo VI, “Socialização Racial”, Moreira argumenta que a raça é uma construção social poderosa e central na formação das identidades e das hierarquias sociais, mesmo sem ter validade biológica. Por meio do processo de socialização racial, que difere radicalmente para grupos racializados, os indivíduos internalizam sistemas de referência ou lentes que atribuem valores positivos ou negativos a características fenotípicas e culturais associadas a cada grupo. Para pessoas brancas, essa socialização ocorre em um contexto de transparência e branquitude, no qual são levadas a acreditar na neutralidade e justiça das instituições, ignorando seus privilégios estruturais e reproduzindo mecanismos como o “pacto narcísico da branquitude” para manter sua hegemonia. Já para pessoas negras, a socialização é marcada pela experiência cotidiana da discriminação, o que gera uma consciência racial ou consciência negra voltada para a mobilização política e a sobrevivência psicológica, mas também impõe custos emocionais profundos. Nesse sentido, superar o racismo exige reconhecer seu caráter estrutural, compreender como a posição racial molda a percepção da realidade e assumir uma responsabilidade coletiva para transformar as instituições sociais.

A abordagem do Capítulo VII, “A Vida Psicológica Do Racismo”, articula uma crítica profunda ao racismo como fenômeno psicológico e estrutural, uma vez que ele opera por meio de esquemas mentais internalizados, estereótipos reproduzidos socialmente e emoções racializadas que sustentam hierarquias de poder. O autor demonstra como a categorização racial, aprendida e naturalizada, orienta percepções, julgamentos e comportamentos, criando um ciclo autossustentável de discriminação. A falta de contato inter-racial reforça preconceitos que, por sua vez, justificam a segregação e a manutenção de privilégios. Desse modo, o racismo, prejudica psicologicamente, também, as pessoas brancas, ao alimentar uma identidade frágil baseada na superioridade ilusória, que as leva a negar a realidade estrutural do racismo e a reagir com defensividade ou ressentimento quando confrontadas.

A chamada *ameaça do estereótipo* afeta tanto grupos racializados, gerando ansiedade e desgaste emocional, quanto os brancos, que temem ser generalizados como racistas. Assim, compreende-se que discursos e representações motivam ações concretas e violências simbólicas, exigindo, portanto, uma vigilância crítica sobre as narrativas hegemônicas e um engajamento ativo na desconstrução dos mecanismos psicológicos que perpetuam a dominação racial.

O Capítulo VIII, “Letramento Racial Nas Interações Cotidianas”, propõe um projeto ético-político de transformação das relações raciais por meio do *letramento racial*, isto é, da conscientização sistemática sobre o racismo como estrutura que molda percepções, comportamentos e instituições. Para Moreira, a superação do racismo exige a condenação moral de atos explícitos e um engajamento ativo e informado de todos os atores sociais, especialmente dos membros do grupo racial dominante.

Moreira estrutura o capítulo em torno de parâmetros comportamentais diferenciados, para pessoas brancas, enfatizando a necessidade de abandonar a evasão racial, a crença ilusória de que a raça é irrelevante, bem como de assumir responsabilidade histórica e institucional, combatendo microagressões, apoiando ações afirmativas e reconhecendo o caráter interseccional das opressões. Para pessoas negras e outros grupos subalternizados, alerta sobre a internalização dos estereótipos, a consciência dupla imposta pelo racismo e a importância de não naturalizar as discriminações sofridas. Para agentes institucionais, defende a implementação de políticas sensíveis ao racismo estrutural, com formação continuada, monitoramento de impactos desproporcionais e adoção da interseccionalidade como recorte analítico.

A ideia central é que o racismo se reproduz nas interações cotidianas, nas piadas, nas perguntas aparentemente inocentes, nas filas de atendimento, nas contratações, e que, portanto, a construção de uma solidariedade cívica depende da vigilância crítica sobre esses atos corriqueiros. Conclui com um chamado à formação de coalizões inter-raciais baseadas no reconhecimento da desigualdade como produto de sistemas de dominação entrelaçados. Esse recorte se destaca por diagnosticar o racismo nas relações do dia a dia e por oferecer um roteiro prático de intervenção que conjuga reflexão psicológica, ação institucional e compromisso democrático.

A abordagem do capítulo IX, “Letramento Racial nas Escolas”, trabalha a educação como campo fundamental para desconstruir o racismo e construir solidariedade cívica, denunciando a violência simbólica e física contra estudantes negros e propondo um projeto pedagógico explicitamente antirracista e politicamente engajado. Moreira explica que a transformação exige tanto a formação crítica de professores, para que desnaturalizem categorias racializadas, quanto a implementação de um currículo multicultural que supere o paradigma assimilacionista e promova identidades positivas. O texto enfrenta resistências, como o novo racismo, que nega a dimensão estrutural das desigualdades, e defende que, sem uma educação que problematize raça, justiça e poder, a escola continuará reproduzindo hierarquias em vez de formar cidadãos capazes de realizar uma democracia substantiva e verdadeiramente inclusiva.

No capítulo X, “Letramento Racial e Meios De Comunicação”, é enfocada a relação entre meios de comunicação, racismo e a proposta de letramento racial. Demonstra como a mídia, dominada por interesses econômicos e raciais brancos, atua como um mecanismo de reprodução de hierarquias sociais através da construção de imagens de controle, representações estereotipadas, racializadas e sexualizadas de pessoas negras, as quais reforçam supostas inferioridades morais, intelectuais e comportamentais.

Moreira afirma que essa lógica representacional é estrutural, pois, as produções midiáticas são formatadas para um público branco com poder de consumo, consolidando a branquitude como norma universal e a negritude como seu oposto desvalorizado. Através de exemplos concretos, como o caso da agressora racial Patrícia Moreira, cuja imagem foi humanizada pela mídia em contraste com a vitimização do atleta negro, e da representação nas telenovelas, o autor denuncia como a mídia tradicional atua para preservar a hegemonia racial, neutralizar demandas por igualdade e naturalizar a subordinação de grupos racializados.

Nas “Conclusões” do livro, Moreira avança para uma proposta transformadora, que é o *letramento racial* apresentado como um projeto político, sociológico e ético para a construção de uma democracia solidária. Propõe que a superação do racismo exige uma reeducação da sensibilidade moral, capaz de fomentar solidariedade inter-racial e intrarracial, o deve ser promovido tanto no sistema educacional quanto na reformulação das práticas midiáticas.

O autor denuncia que a lógica capitalista da mídia, que modifica identidades e legitima desigualdades, deve ceder espaço a uma lógica orientada pela igualdade moral. Desse modo, o

Letramento racial se configura como um imperativo democrático, um conjunto de saberes e práticas institucionais necessárias para desmontar estruturas de dominação e construir uma cultura pública inclusiva, na qual a empatia e o reconhecimento mútuo substituam a estereotipia e a exclusão.

Por estas análises, compreendemos a obra “Letramento Racial: Uma proposta de Reconstrução da Democracia Brasileira” como uma contribuição fundamental e referência indispensável ao debate antirracista brasileiro, articulando com rigor analítico a crítica ao racismo estrutural com propostas concretas de transformação social. Moreira rompe com verdades presentes nos mecanismos de perpetuação das hierarquias raciais, na educação, no direito, na mídia e no imaginário social, avançando de forma corajosa ao propor o *letramento racial* como projeto político-pedagógico necessário para a refundação ética da sociedade.

Embora a complexidade conceitual e a profundidade analítica possam, à primeira vista, parecer um obstáculo para a divulgação mais ampla das ideias apresentadas, essa característica constitui, na verdade, um dos pilares mais valiosos da obra. Moreira rejeita conscientemente as fórmulas fáceis e as caracterizações superficiais, sustentando uma análise academicamente consistente e profunda das raízes estruturais e da reprodução cotidiana do racismo. A obra constitui-se, portanto, em um manifesto urgente que coloca a solidariedade cívica e a justiça racial no centro da possibilidade mesma de uma democracia verdadeira, desafiando o leitor a se engajar ativamente em sua desconstrução.

## Sobre a autoria

*João Paulo Lima do Nascimento*

Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (PPGS/UFPI). Advogado e Psicólogo.

[joapaulolnadv@gmail.com](mailto:joapaulolnadv@gmail.com)

*Gabriel Eidelwein Silveira*

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa (PPGCH/UNIPAMPA-RS) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (PPGS/UFPI). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Judiciário e Política (JUPOL/UNIPAMPA) e membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea (NEPES/UFPI).

[gabrielsilveira@unipampa.edu.br](mailto:gabrielsilveira@unipampa.edu.br)

### **Contribuição de autoria**

João Paulo Lima do Nascimento: leitura da obra resenhada e elaboração do manuscrito.

Gabriel Eidelwein Silveira: leitura da obra resenhada e elaboração do manuscrito.

### **Financiamento (se houver)**

Esta resenha integra o projeto de pesquisa *Justiça em confluência: hermenêutica negra e cosmopolíticas quilombolas entre o Pampa gaúcho e o Semiárido piauiense - uma comparação entre as concepções de justiça nas comunidades quilombolas Rincão dos Fernandes (RS) e Custaneira (PI)*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), processo nº 25/2551-0002867-1. O projeto é desenvolvido no JuPol - Grupo de Pesquisa Poder Judiciário e Política, da Universidade Federal do Pampa, em São Borja, Brasil, e reúne, no Brasil, pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Instituto Federal do Piauí (IFPI), da Universidade Aberta do Brasil (UAB-IFPI) e da OAB-PI, Subseção Picos.

### **Consentimento de Uso de Imagem**

Não se aplica.